

A IMPRENSA.

ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL.

A IMPRENSA, publicação semanal. Assinatura por anno 10.000 reis, por semestre 5.000 reis. Publicações de interesse particular — conforme o ajuste, devendo virem os autógrafos responsabilizados, sem o que não serão publicados; do mesmo modo as correspondências isentas de pagamento.

ANNO XXII

THERESINA, — SABBADO, 25 DE JUNHO DE 1888

NÚMERO 4026

A IMPRENSA

THERESINA, 22 DE JUNHO DE 1888

Um estelionato político

Habituada à menear as armas poucas dignas da imprensa séria e moralizada, que não se impõe ao respeito da opinião pública, a «Epoca» volve ao facto da deposição do dr. Flávio Mendes, atirando sobre a nobre comissão de poderes, sobre a ilustre maioria da assembleia, e sobre o ilustrado juiz de direito de Jaicós, grossos insultos a apelos e frases insultuosas, em vez de ocupar-se tão sólamente da questão, em face dos preceitos da lei eleitoral vigente, como lhe cumpria, e lhe achavam o decoro e o cavalheirismo.

E' que a folha conservadora, achando-se, como se acha, em terreno falso, seu argumento com que possa empanhar o brilho da verdade e combater a justiça da decisão da maioria da assembleia, recorreu à esse meio indecoroso e ignobil, que só demonstra a seu respeito do colega e o desejo unicamente de aborrecer os nossos distinguidos e importantes amigos com assento no parlamento provincial.

Triste e bem triste é a missão da gazeta oficial, que não trepidou em qualificar de *estelionato político, de escandaloso esbulho, de ignobil barganha* o procedimento, abus corretíssimo, da maioria da assembleia, por amor d'um partidarismo insuportável — pelo impulso d'uma vontade insaciável — de insultar à essa minoria, à respeito da qual acrescenta a mesma gazeta, — moço, se com a flexibilidade da cera e a passividade dos teres, aos acenos de chefes irresponsáveis, e portanto pouco ou nada escrupulosos.

Nada mais insolente, offensivo e indigno d'um jornal, que se diz orgão de um partido político!

Em vez de levar a discussão para o terreno dos convicções, onde não ha vencedores, nem vencidos, vitórias e derrotas, seria melhor alvedrio que à «Epoca» se mantivesse na penumbra do silêncio, que, em certos casos, como este, é de grande provígio; já que não lhe era dado sustentar e defender a causa vertente no campo dos verdadeiros princípios — dos princípios consagrados no nosso direito eleitoral.

As frases insultuosas, usadas pela «Epoca» contra os nossos preclaros amigos, por isso mesmo que só exprimem o despeito e o ódio partidários, não podem produzir efeito ante os espíritos rectos, esclarecidos e desprevendidos.

Além d'isto, insultar, como já disse alguém com justeza — é um argumento bem pouco digno da pessoa e da causa, que se defende; por sua impropriedade, indecência e ignorância, não cala no animo de ninguém — só revela fraqueza — cobardia da parte de quem o exerce.

Com a consciencia do dever, que lhes impõe o mandato popular, aos ilustres membros da maioria da assembleia pouco importa a injusta, burlesca e inconveniente atitude, assumida pela folha do governo.

Pairando em uma região elevada, serena e calma, os nobres deputados e o ilustre dr. Alfredo não podem ser alcançados pelos rudes golpes das venenosas setas, arremessadas por adversários exaltados, frenéticos e imiplacáveis.

Não pretextou a nobre comissão de poderes, não pretextou a ilustre maioria da assembleia — irregularidades imaginárias acerca da eleição d'Jaicós, para ser esta declarada

nulla pelo poder competente, como afirma a gazeta oficial.

A decisão da assembleia, annullando essa eleição, foi determinada por motivos de ordem legal, segundo, aliunde, já o demonstramos exuberantemente; motivos todos comprovados por documentos valiosos e antenados, como certidões passadas pelo tabelião respectivo e attestadas fornecidas pelo integral e ilustrado juiz de direito da comarca, dr. Alfredo Teixeira Mendes.

Trilhamos para nós — que a Epoca, em vista dos solidos fundamentos, em que se apoia a maioria da assembleia, não mais voltasse à discussão. Entretanto, contra a nossa previsão, eis-a insistindo no assumpto, não inspiando-nos nos princípios de justiça e de legalidade, mas deixando-se dominar pela paixão partidária — pelo despeito — de ver espada da assembleia desembainhar-se contra a eleição de Jaicós e dar assim lugar a que fosse deposto o dr. Flávio e tivesse assento entre os eleitos da província o nosso importante amigo Padre Maximino Martins Ferreira.

Não foi um escândalo — uma *imoralidade* — essa decisão da maioria da assembleia, mas um acto, ocorrido pelos vicios radicais e maldades insuaveis, que tornaram deficiente e nulla a referida eleição.

Não precisavam mais reproduzir aqui os factos determinativos da nullidade dessa eleição, desde que elles já foram mencionados e especificados em nosso penultimo editorial, mas como a «Epoca» insista em verbear a decisão da assembleia, ainda uma vez reproduzimolas aqui para que, mais evidente se torna o correcto procedimento da assembleia, e a improcedência dos motivos allégados pela folha do governo, que não apreciou sinceramente, devidamente as ocorrências da eleição de Jaicós.

As razões de decidir da illustre maioria da assembleia, annullando a eleição de Jaicós, se circunscreveram às seguintes:

1.º — não ter a mezo eleitoral do 1.º distrito de paz de Jaicós admitido que votasse os eleitores Lourenço de Souza Rodrigues e Maciel Pereira de Carvalho, havendo alias aceitado o voto do eleitor Atílio José Gomes Célio, quando todos esses cidadãos estavam alistados eleitores na comarca;

2.º — ter a referida mezo eleitoral

recusado os votos dos eleitores acima mencionados, não obstante haverem os mesmos eleitores exhibido os seus títulos e se acharem incluídos na lista fornecida pelo juiz de direito, como é expresso no art. 43 § 18 da lei d'9 de Janeiro de 1881 e arts. 38 § 3.º e 44 do regulamento de 13 de agosto do mesmo anno;

3.º — haver a mesma mezo eleitoral admitido que votasse os eleitores Izidoro Pereira Beserra, José Pereira Boaventura, Nóberto Gomes da Silva e Joaquim da Rocha Soares, sem embargo de serem eleitores alistados no 2.º distrito de paz — Pio 9.º, de onde não requereram suas transferências;

4.º — ainda quando esses eleitores se houvessem mudado para o 1.º distrito de Jaicós, mas desde que não constassem do respectivo registo eleitoral suas transferências, não podiam elles votar senão em Pio 9.º, não só por força do preceito estatuido no art. 33 do reg. de 13 de agosto, como em vista da doutrina clara e terrainante dos avisos de 7 de dezembro de 1882 e 7 de novembro de 1887.

5.º — ter a mesa admitido que votasse os mencionados eleitores,

sem que estivessem incluídos na lista fornecida pelo juiz de direito, contra o que preceita o art. 138 § 1.º do reg. de 13 de agosto, segundo o qual, a chamada dos eleitores deve ser feita pela lista enviada pelo juiz de direito ao presidente da mesa eleitoral.

Ora, em face de taes motivos, que constituem vicios e vícios, que affetam radicalmente a eleição de Jaicós, avisguem em boa fé e com o espírito calmo e desprevenido — deixará de reconhecer e proclamar, como regular e correcto o proceder da maioria da assembleia, annullando a eleição d'aquela parochia, por insubstancial aos objectos da lei eleitoral, que nos reg.

A hipótese dada nas eleições do 5.º distrito da província do Maranhão é diversa da que se deu em Jaicós; porquanto, ali trata-se do eleitor, que é alistado em mais d'uma parochia; enquanto que aqui trata-se do eleitor, alistado em una só parochia.

Assim, vê-se que não foram os resentimentos e o amor proprio do nosso distinto amigo capitão João de Castro — que motivaram a decisão da maioria da assembleia, mas somente e tão soamente esses factos, que acima ficam expostos e que inquinaram de nullidades a eleição de Jaicós.

Lectura para o exm. sr. dr. Viveiros de Castro.

Quando n'um dos nossos últimos numeros chamavamo-nos a atenção do exm.º sr. dr. Viveiros de Castro para a comarca de S. Philomena e para o que n'ella se dava, foi taxado o nosso procedimento de injusto, iniquo e de exagero partidário. N'ella fizemos um appello ao novo presidente, aos seus sentimentos de moço e aos seus deveres de administrador criterioso e isto foi tomado como uma insinuação de nossa parte, quando apenas pedíamos justiça como intuito para os males de nossos concidadãos. D'aquella vez vinha a propósito o acto barbaro do espancamento de umas pobres e inofensivas mulheres no qual tomou parte como cúmplice o promotor publico Clemente Vieira Soares, cuja moralidade o permite a ser comparsa nesses drama hediondos e que já mais deviam ser tratados à luz da publicidade se o direito das victimas assim não o reclamassem e se a nossa missão na imprensa não fosse em parte denunciar os crimes e nomear os criminosos. Isto, porém, passou-se e lá ficaram as nossas reclamações. S. ex. foi surdo a todos os nossos reclamos e cego pelas informações falso-nas de seus acólitos deixou-se quedar impassível como os rochedos da Tarpeia a travez de todos os factos, por entre agitação de todos os acontecimentos.

Realisarão-se as nossas previções e ainda testemunha de um acto barbaro e acintoso foi a população pacifica d'aquella localidade. Diz-nos d'allí uma carta de pessoa fidelíssima:

«N'um dos últimos dias do mes passado dei-se um grave conflito entre o nosso amigo Apolinário José da Costa e Silva e o celebre promotor publico Clemente Vieira Soares. O facto deu-se assim: Tendo ficado acéphala a collectoria desta villa, o deu o tenente-coronel Cícero Lusoza, presidente da cámara, que continuasse até então o collector Gustavo Cesar, até que fosse nomeado pelo sr. Viveiros de Castro um outro funcionário. Este acto foi expurado pelo sr. Vieira Soares, desafecto do nomeado, e não contente

ainda com isto dirigiu-se a casa do nosso amigo Apolinário da Costa e ali deu expansão ao seu genio fogoso ou melhor perverso.

O nosso referido amigo protestou imediatamente contra este procedimento, maxime quando a pessoa de que se tratava, além de ser sua parente, era sua amiga.

Isto foi bastante para que toda rota de Vieira Soares viesse contra si.

A luta travou-se e o poderoso e insolente promotor foi repelido com deodo e dignidade. Batido assim física e moralmente corre o sr. Vieira Soares à sua casa e do lá armado de revolver, cercado de capangas tenta invadir a casa de Apolinário, não conseguindo seu malevol intento por que interceptou-lhe a passagem o nosso importante e digno amigo capitão Joaquim José de Carvalho, que o fez responsável por qualquer arbitrariedade de que fosse vítima Apolinário. O facto foi publico e causou grande escândalo.

Denunciado pela «Imprensa» chamando para elle a atenção do exm.º sr. presidente da província.

Ay, diga nos s. ex. se tinhamos ou não razão quando fazímos um appello ao seu patriotismo, lamentando a conservação d'aquele fúnebre scénario?

Sempre ensuramo-nos o mão vez das autorizações em escolher para cargo de tão importantes pessoas desconhecidas e ignorantes. Como originam de um partido aos termos do dever de pugnar não sómetidos pelos direitos de nossos co-religionários, mas também pelo domínio pleno da verdade, reclamando aquillo que nos pareça ser de conveniencia publica.

Alem deste, muitos outros factos criminosos tem sido lugar n'aquelle localidade motivados pelo celeberrimo promotor, de quem nos ocupamos.

Não é preciso encarecer o que vimos de dizer. O corpo de delicto procedido na pessoa de Ladislau de Souza Brazil, e que se acha no cartorio publico d'aquella villa é por si só bastante para provar o nosso asserto. visto ter o proprio sr. Clemente Vieira Soares o aggredido publicamente.

São estes os factos, para os quais chamamo-nos a atenção de s. ex. e confiamos que não sejam elles objectos para simples leitura, por que acima de tudo está a moralidade, que todos nós devemos zelar.

Não pode, por tanto, continuar á cargo de tal funcionario o magistério sagrado da justiça.

Procure s. ex. syndicar dos factos e verá se temos ou não razão.

Afunda temos escravos.

Treme-nos a mão ao traçarmos o quadro pavoroso dos ultimos acontecimentos havidos em Jaicós.

Esta infeliz comarca está fadada a ser o teatro de todos os crimes, desde que aos sicarios tudo é permitido em nome do patronato mais vil. O promotor da comarca, tendo á sua disposição o juiz municipal, um velho epileptico e estupido e as autoridades policiais, faz quanto quer em desabafo das suas negregadas entradas de fera.

As leis deixaram de existir para Jaicós e os factos todos os dias confirmam a veracidade de nossa afirmação.

Ao chegar allí a notícia da extinção da escravidão, alguns fazendeiros do condado, parentes do grande jurísculto dr. Coelho Rodrigues, declararam não consentir na lei e para isto conegaram, desde logo, a lançar mão dos meios adequados á pratica de tão nefando crime, só proprio da

sangue que divinisa as veias do estupendo jurísculto. Alguns dos infelizes libertos forão logo mettidos no tronco e outros agitados despidamente, ficando um deles tão maltratado e comido pelo chicote coelhino que já deve ter expirado!

O autor deste crime repugnante e digno da mais severa punição, mas que aqui, na nefasta administração do sr. Viveiros de Castro, ficará impune como tantos outros, o 2.º suplente do juiz municipal do Paulista — José Raimundo de Carvalho!

Esta fôra sabido que uns 42 libertos, sciencias da outorga de sua liberdade pela grandiosa lei de 13 de maio, resolveram, incorporados, romper o círculo em que vivião, de acordo com outros de sua grey, tratou de tolher-lhes a liberdade. O suplente do juiz municipal José Raimundo, um seu irmão, cujo nome infelizmente ignoramos, o inspector do quartelão conhecido por João menino, e mais 48 capangas, posaram-se no encalço dos pobres libertos e alcançando-os, quizeram, á força, obrigarlos a voltar para serem novamente castigados e postos em ferros. Os libertos responderam que eram livres e assim não voltariam nem se sujeitariam a nenhum castigo. Então os taes sicarios avançaram contra elles armados de facão e facete e os atacaram, de sorte que os pobres libertos inermes foram barbaramente espancados e feridos, sendo que um deles ficou no campo moribundo, tamanhos ferimentos recebidos!

O promotor publico da comarca cravou os braços diante de semelhante crime. A principio blazonava pelas esquinas que perseguiria aos criminosos; mas, depois que soube quem elos eram, se limitou a requerer um inquérito policial no Paulista. O integro juiz de direito da comarca, nosso ilustre e distinto amigo dr. Alfredo Teixeira Mendes, sabedor dos factos tem instado para que se proceda a um auto de perguntas e a corpo de delicto no miseranda liberto que se acha ferido em Jaicós, mas nem o promotor requer causa alguma neste sentido, nem a autoridade policial se move, de sorte que nenhuma providencia tem sido tomada no intuito de punir os criminosos.

O que nos parece é que os parentes do sr. Coelho Rodrigues, do Paulista, ficarão impunes como os de Picos por crimes que têm committido; porque é negocio assentado nos conselhos do partido conservador não se tocar em um parente do estupendo jurísculto, por mais criminoso que seja, chame-se embora Ricardo, o feroz sarrador da Militana, Alexandre, o monstro que reduziu Vicência á escravidão ou José Raimundo o actual e famoso protagonista do crime de Paulista, a que nos referimos nestas linhas.

Os taes potentados que não querem consentir na lei de 13 de maio, naturalmente porque o facto de serem parentes do despropositado jurísculto os eximirá de todas as culpas, nem permitem que os libertos saiam de suas casas. As estradas andam cheias de capangas armados e todo liberto que pretende fugir do illegal captiveiro ou que revolta se contra a oppressão em que é mantido, vai surrando barbaramente ou mettido no tronco, e a perversidade desses homens desalmados chega á ponto de prenderem os infelizes até pelos testiculos!!!

E om horror todo isto — e maior ainda saberemos que estes factos, que tocão ao respeito da malvadeza e do canibalismo, são notórios em Jaicós, e nenhuma autoridade policial se move

para entrar no conhecimento delles!

Este quadro de horror ainda tem um ponto negro: é a indiferença com que o nosso pequeno governador olha para os negócios públicos, a ostentação com que patrocina tantas prevaricações das suas autoridades e o círculo infantil com que sustenta na comarca de Jaicós um promotor do quilate de Bonifácio, sujeito eivado de crimes e apto para tudo!

A comarca de Jaicós, depois da infeliz administração do sr. Viveiros de Castro, tem se distinguido por toda sorte de crimes e s. exc. com um disidente avultado, no seu relatório, disse à assembleia que em Jaicós nada tem havido! E' o cumulo do cynismo!

Pois em Jaicós os soldados insultados pelo promotor, conforme as participações oficiais que já publicamos, não alarmaram a villa, não feriram gravemente a Vicente Maria, não rasgaram o arquivo do juiz de direito? Pois em Picos não foi grande número de espargas, capitaneadas pelo sr. Helvicio Martins, ocupar a casa da câmara, assim de que o juiz municipal suplemente em exercício não tivesse um processo em que estão envolvidos vários conservadores? Como s. exc. não menciona nenhum destes factos, da maior gravidade? E' por que s. exc., seguindo sempre o rascunho que lhe trazem os seus mentores, não tem a precisa honestidade e independência para dizer a verdade e se abaixa à ponto de mentir oficialmente, como tantas vezes tem feito, por amor de mesquinhias conveniências locais, por amor de um homem perdido que lhe arranjava appetências!

A protecção cega, criminosa, dependente que s. exc. vota aos sicários de Jaicós se tem manifestado em várias ocasiões e veremos si não se manifesta agora diante destes novos crimes, que ficarão impunes, como ficou o de Alexandre dos Reis; a quem o juiz municipal, contra as provas evidentes dos autos, não pronunciou.

Os acontecimentos pedem providências energicas e duvidamos que sejam elas tomadas com criterio e circunspectão. Em todo caso, nós cumprimos o nosso dever denunciando os crimes e nomeando os criminosos, como aconselhava Jouy.

JURISPRUDÊNCIA

Razões

De apelação no processo de Miguel Raimundo de Moraes produzidas pelo juiz de direito da comarca de Piracuruca

Senhor! Os motivos que determinaram o meu substituto legal, no meu impedimento, a apelar imediatamente da decisão absolutória do réo, ora appellado, furão, e não podiam ser outros, senão os que irromperam nos autos, como passo a demonstrar, nos termos do aviso de julho de 1843. O réo, ou appellado, por occasião de pretender a patrulha rondante nesta villa prendê-lo na noite de 28 de outubro do anno passado, por ter sido encontrado por esta fora de horas em um telhado aberto à miseria, à devassidão e ao crime, que a polícia velava, rebela-se a voz de prisão que lhe dera a patrulha, por suppol-o escravo, em cuja conta ele próprio se tinha e armado de larga faca que sempre tinha consigo, descarregou formidável golpe no braço direito do soldado de polícia Francisco das Chagas Monteiro fazendo-lhe gravíssimo ferimento! Isto está evidentemente provado dos depoimentos da fl. a fl. e do auto de corpo de delito também a fls. O jury, porém, por falsa prevenção de idéas, por occasião do julgamento, na resposta ao 1.º quisito, negou como se tivesse dado negar a luz meridiana, o facto principal affirmando que o réo não ferira o offendido!! O presidente do tribunal em seu zelo louvável pela causa da justiça, apelou da injusta decisão. Se o jury houvesse reconhecido qualquer justificativa do artigo 14º do código criminal, ainda se poderia admitir a decisão favorável ao réo, uma vez que este houvesse provado os requisitos d'aquele artigo. E quando não se

pôde aproveitar das justificativas, não se poderia negar ao juiz de consciência, afirmar a existência de qualquer atenuante das mencionadas no artigo 18º do código, que applicável fosse. Mas não o fez: decidiu peremptoriamente, contra a verdade provada dos autos. Que a decisão appellada justifica plenamente a apelção interposta não duvidará quem tentar conscientemente para os autos. "Como negar?!" Peis as testemunhas afirmam que o réo ferira o offendido gravemente, o que é corroborado, pelo auto de corpo de delito! Si isso forado, poder-se-hia negar a existência do ferimento que o corpo de delito positivamente declara ter havido. Mas isso, Senhor, é devido às insinuações do legislador, inconsciente mercenário, que pretende fazer do tribunal do jury paladium de sordida mercancia encarregando-se de defender direitos imaginários sacrificando-os nas azas da justiça aos empenhos e escândalos protecção, que aspira o que se diz protegido por influencia local; ao descuido do orgão do ministerio público que consent e fizerem parte do conselho de sentença vaqueiros do protector do réo, seus primos e cunhados amigos (do protector)! Felizmente, Senhor! para dessagravado da sociedade e da lei, presidiu o julgamento um distinto juiz, que soube appellar da injusta decisão. E' este um dos casos em que os recusados da justiça fazem limitar a soberania do jury, embora acensura dos que opinam pela latitud de suas decisões. Sem essa limitação no estatuto de atraço, nas trávas em que infelizmente se fecha ainda o jury em nosso paiz (com honrosas exceções) a justiça social estaria sempre a mercê das convenções de occasião, escrava da ignorância, serva do suborno, perdida, emfim. Antes de concluir, consinta Vossa Magestade Imperial algumas considerações. As seguintes: Todo o crime tem uma ouma causa proxima outra remota. O que praticou o appellado é filho da insubordinação peculiar aos escravos que infelizmente temos ainda é de uma espécie de estelionato, ou que outro qualificativo mereça, que praticaria o ex-senhor do réo que conserva o em seu poder dominical, entretanto, que para não pagar a taxa devida a Fazenda, de que é colecionador, avebraço como liberto sem que lhe houvesse ainda conferido sua liberdade fazendo a publica pelos meios competentes para seu conhecimento e de todos que até a data do crime ainda o tinham como escravo, o que o levou a prática do mal que fizera a infeliz soldado! *Abyssus abyssum vocat.* O réo em sua contrariedade em uma linguagem incorreta: capaz de fazer corar a qualquer predestinado a elevar o Piauhy ao mais alto grau de prosperidade, dando-lhe comunicações seguras, por vias ferreas económicas e por navegação a vapor, com o magestoso rio S. Francisco.

O tres ultimos confluentes—o Canindé, o Piauhy e o Gurgueia—estão predestinados a elevar o Piauhy ao mais alto grau de prosperidade, dando-lhe comunicações seguras, por vias ferreas económicas e por navegação a vapor, com o magestoso rio S. Francisco.

O caminho de ferro do valle do Canindé ligará a prospera cidade do Amarante, outrora villa de S. Gonçalo, o primeiro enterposto da província do Piauhy, com Oeiras, sua antiga capital.

Este caminho de ferro, seguindo sempre o valle do Canindé, alcançará o rio S. Francisco em frente ao Juazeiro, na nova povoação de Petrolina, indicada para estação terminal do caminho de ferro do Recife (Pernambuco) ao rio S. Francisco.

Dará, pois, esta linha ferrea a máxima importância à via comercial do Juazeiro à Oeiras, talvez a mais antiga do interior do Brasil; encontrará, no seu trajecto, os esforços successivos, durante mais de tres séculos, de todas as gerações, que nos precederam; servirá aos mais antigos interesses da província, e engraverá o abatimento, em que se acha Oeiras, a antiga capital.

Todas estas razões parecem aconselhar que se encete o establecimento da rede de vias ferreas eco-

SCIENCIAS E ARTES

Garantia de juros.

ESTUDO PARA SUA APLICAÇÃO ÀS EMPRESAS DE UTILIDADE PÚBLICA NO BRAZIL

A província do Piauhy não tem ainda projecto algum de caminho de ferro geral; mesmo na categoria de caminhos de ferro provinciais só se projectou um pequeno caminho de ferro de 8 quilometros de extensão, da cidade da Parnahyba à barra do rio Iguaçú, que é em rigor um caminho de ferro de subúrbio e não um caminho de ferro provincial.

Tem apenas a província do Piauhy, 33 quilometros de costa marítima e um só porto de mar—o da Amarração, que precede o porto da Parnahyba, situado sobre o rio Iguaçú.

D'esta circunstância, principalmente, provém ser o Piauhy uma das províncias menos conhecidas do Brasil.

No entanto poucas províncias do Império reúnem tão boas condições topográficas para o estabelecimento de estradas para o estabelecimento de rede de vias ferreas.

Os limites da província do Piauhy são perfeitamente naturais; o seu território pode ser definido com uma só palavra:—o território da província do Piauhy é a bacia meridional do rio Parnahyba.

Caracteriza, pois, o rio Parnahyba a província do Piauhy; ainda mais, todo o futuro d'esta vastíssima região depende da actividade da navegação a vapor n'este grande rio e nos seus confluentes, e da construção de caminhos de ferro económicos nas secções dos valles, em que for preferível estabelecer os a executar obras hidráulicas capazes de tornar esses confluentes navegáveis a vapor.

Os principais confluentes meridionais do Parnahyba são:—o Longá, o Poty, o Canindé, o Piauhy e o Gurgueia. Cada um d'esses confluentes oferece excellentes directrizes para o estabelecimento de linhas ferreas.

O Longá com seus tributários produzirá a secção da rede dos caminhos de ferro da província do Piauhy, destinada a servir à zona marítima da província.

O rio Poty prestará o seu valle para a linha ferrea, que tem de pôr em comunicação Theresina, com Independência na fronteira do Ceará. Esta linha crescerá de importância quando estiver executado o caminho de ferro de Theresina, ou melhor de S. José das Cajazeiras que lhe fica fronteiro, a Caxias: caminho de ferro destinado a ligar os grandes valles do Parnahyba e do Itapicuru e a estreitar cada vez mais as relações commerciais entre o Piauhy e o Maranhão.

Os tres ultimos confluentes—o Canindé, o Piauhy e o Gurgueia—estão predestinados a elevar o Piauhy ao mais alto grau de prosperidade, dando-lhe comunicações seguras, por vias ferreas económicas e por navegação a vapor, com o magestoso rio S. Francisco.

O caminho de ferro do valle do Canindé ligará a prospera cidade do Amarante, outrora villa de S. Gonçalo, o primeiro enterposto da província do Piauhy, com Oeiras, sua antiga capital.

Este caminho de ferro, seguindo sempre o valle do Canindé, alcançará o rio S. Francisco em frente ao Juazeiro, na nova povoação de Petrolina, indicada para estação terminal do caminho de ferro do Recife (Pernambuco) ao rio S. Francisco.

Dará, pois, esta linha ferrea a máxima importância à via comercial do Juazeiro à Oeiras, talvez a mais antiga do interior do Brasil; encontrará, no seu trajecto, os esforços successivos, durante mais de tres séculos, de todas as gerações, que nos precederam; servirá aos mais antigos interesses da província, e engraverá o abatimento, em que se acha Oeiras, a antiga capital.

Todas estas razões parecem aconselhar que se encete o establecimento da rede de vias ferreas eco-

bendida entre Amarante e Oeiras.

O rio Piauhy dá também um excelente traçado, que atravessa o coração da província e alcança a fronteira da Bahia em S. Raimundo Nonato; chegará as margens do S. Francisco em Remanso, ou Pilão Arcado, conforme decidirem as estudos definitivos sobre terrenos.

O rio Gurgueia fornece a mais notável linha de comunicação com o S. Francisco; corresponde ao Rio Preto e ao Rio Grande, em cuja confluência no rio S. Francisco está a villa da Barra, a predestinada capital da projectada província do S. Francisco.

A linha do rio Gurgueia apresentará também a projectada ligação dos valles do S. Francisco e do Tocantins pelos rios Preto e Somma.

E' porém, o valle do proprio Parnahyba, que dará a mais direta comunicação com o valle do Tocantins, aproveitando ainda a linha de comunicação com o S. Francisco pelos rios Preto e Somma.

São todos esses projectos de viação interna da maior importância; compete e cumple aos engenheiros brasileiros estudar os insensamente e promover com ardor sua execução como meio infallível de levar a civilização e o progresso aos vastíssimos sertões do interior do Brasil.

A província do Piauhy tem pelas avaliações da directoria de estatística do Império, a superfície de 40.500 leguas quadradas ou 457.380 quilómetros quadrados.

Em ordem de grandeza da terra, a província do Piauhy é a oitava província do Império; lhe são somente superiores as províncias do Amazonas, Matto-Grosso, Pará, Guyaz, Minas Geraes, Maranhão e Bahia.

Ainda não está completamente apurada a população da província do Piauhy; mas, pelos dados ja recolhidos a população deve atingir á... 250.000 habitantes, sendo 230.000 livres e cerca de 20.000 escravos. (1)

A relação, pois, entre a população livre e a escrava é maior de 11 para 1; isto é, para cada pessoa livre há apenas 1 escrava.

Esta feliz circunstância assegura que esta província pouco terá a sofrer com a mais instantânea e indispensável reforma do Brasil—a emancipação completa dos escravos. Ainda mais; pelo diminuto numero de escravos, que possua, dará o Piauhy muitas vantagens para o estabelecimento de colonos, que não terão a temer nem a concorrência nem a confusão, nos trabalhos urbanos e agrícolas, com o elemento servil.

A colonização e a escravidão, cumprindo não esquecer, estão sempre na mais renhida luta; em perfeito antagonismo.

O exemplo secular e grandioso dos Estados Unidos demonstra, á ultima evidência, que a colonização só é possível depois da emancipação.

Claro está que, pelo seu clima equatorial, a colonização do Piauhy oferece um vasto campo á colonização. A maior parte d'esta imenso território é ocupado por prados naturais uberrimos, seu matas, e portanto aptos para serem lavrados por emigrantes do sul da Europa.

A floresta virgem, é bom lembrar, é reconhecidamente um dos maiores obstáculos ao estabelecimento dos colonos, não só no Brasil como nos Estados Unidos e no Canadá.

Raro é o colono, que se atreve a atacar a floresta virgem e a estabelecer-se nas derribadas. Na America do Norte são os próprios filhos do novo mundo, os yankees, que preparam as terras e as vendem, em estado de serem lavradas, aos colonos europeus.

Aos homens, que adoptam esta profissão especial, denominam os anglo-americanos pioneers, que os vocabulos nacionaes «exploradores» e «maters» mal podem exprimir.

(1) Não ha felicemente mais escravos no nosso território.

N. da R.

Sob o ponto de vista do acréscimo da população, os caminhos de ferro são da maior vantagem, não só facilitando a introdução dos colonos no interior do paiz, como principalmente promovendo, pelo bem estar, a rápida multiplicação da população nacional.

Estudos estatísticos minuciosos tem demonstrado que o acréscimo extraordinário da população dos Estados Unidos não provém tanto da imigração, como geralmente se supõe, mas principalmente do progresso natural da população, estimulado e possibilitado pelo bem estar, pelo alto grau de civilização, e pela riqueza geral da nação mais prospéra do mundo.

E' exactamente, levando por toda a parte a instrução, a industria, o comércio, a civilização e, consequentemente, o bem estar, que os caminhos de ferro actuam como os principais agentes no rápido desenvolvimento da população de um paiz.

Para dar uma ideia do que produzirão os caminhos de ferro no Piauhy, sob o ponto de vista da população, basta notar que o seu território de 457.380 quilómetros quadrados poderá abrigar 22.860.000 habitantes, sendo povoado, como Portugal, na razão de 50 almas por quilómetro quadrado.

Cumpre notar que Portugal é um dos países menos povoados da Europa: que tem mesmo regiões, como o Alentejo, cuja colonização ainda hoje está promovendo!

No interessante livro, que em 1869 publicou o estudioso engenheiro dr. Eduardo José de Moraes iniciou um belo projecto de ligação das bacias do Parnahyba e do Gurgueia com o valle do rio S. Francisco.

O rio Parnahyba é navegável a vapor na extensão de mais de 200 leguas; a 170 leguas proximamente (2) da sua foz recebe o Gurgueia, que tem 130 leguas navegáveis, também a vapor, até S. José da Gurgueia; do Gurgueia a laguna de Parnaguá ha cerca de 16 leguas de navegação duvidosa; a laguna de Parnaguá tem 8 á 9 leguas; da extremidade sul d'essa laguna a Santa Rita, situada no Rio Preto, confluentes navegável de S. Francisco, ha, segundo os cálculos do engenheiro Moraes, cerca de 25 leguas.

A realização d'este grandioso projecto poria villa da Barra, a indiciada capital da projectada província do S. Francisco em comunicação com Theresina e com Parnaguá; e, executado o caminho de ferro de Caxias, com Theresina e com o porto transatlântico do Maranhão.

A importância da villa da Barra será ainda maior pela ligação, projectada pelo dr. Baerque de Macedo, dos valles dos rios S. Francisco e Tocantins, pelos rios Grande, Preto e do Somma.

Se, com céntro na villa da Barra, sobre o rio S. Francisco, se descreve uma circunferência com raio igual à distância da villa da Barra ao porto do Maranhão, essa circunferência quase toda a extensão da costa do Brasil, comprendida entre esse porto e o do Cubedello, projectada na foz do rio Parnahyba do Norte.

Assim, pois, uessa direcção são quasi iguais as distâncias do grande enterposto dos rios S. Francisco, Tocantins e Parnahyba a qualquer ponto d'essa zona da costa do Brasil.

O dr. Eduardo de Moraes projectou a ligação do Gurgueia e do Rio Preto por um canal. Preciso um caminho de ferro económico de bitola de um metro, de execução mais prompta e mais segura, e também mais efectivo, sob todos os pontos de vista, do que um canal.

O inconveniente da baldeação, em tão longo trajecto, tem sido demonstrado ultimamente, durante a segunda guerra das bitolas das vias ferreas, de importância muito secundária.

A deputação do Piauhy deve,

(2) Vide sobre a navegabilidade do Rio Parnahyba o interessante relatório do engenheiro Gustavo Luiz Guilherme Dout, anexo ao 1.º relatório do ministério da agricultura do anno de 1872.

A IMPRENSA.

pois, instar pela applicação dos 8.333.000\$000, que lhe competem, ao melhoramento da navegação a vapor do rio Parnaíba e Gurgueia, e a construção dos quilometros de caminhos de ferro, necessários para pôr a Piauhy em comunicação directa e aperfeiçoada com o valle de S. Francisco.

Ainda que sejam 250 quilometros, calculando a 30.000\$000 o quilometro, pela grande distância d'este caminho de ferro aos portos de mar, ter-se-ha com 7.500.000\$000 conseguido realizar este magnifico projecto de viação. Ficará ainda 833.000\$000 para melhoramento do rio Parnaíba, do Gurgueia e para o aperfeiçoamento dos seus portos fluviaes.

A província do Piauhy é de todas as províncias marítimas do Imperio a que tem menor extenção de litoral: é apenas de 33 quilometros. Apestar disso a abundância de seus campos e a sua riqueza pastoril lhe garantem um grandioso porvir. O Piauhy representará ao norte do Imperio o mesmo papel que o Rio Grande no Sôl: será o grande mercado de gado vacuno e cavallar, e de todos os produtos bovinos (3).

André Rebouças.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

Colonia, 12 de junho de 1888.

No afan de celebrizar-se por haverem panholadas que mostram ter praticado diversos ramos de serviços a cargo do estabelecimento rural de S. Pedro — o sr. director Honório não perde occasião de mostrar todo o lèl e rancor de sens mãos bôs exhibindo-se sempre um director ignorante das bôas normas seguidas nesta matéria; o que a ninguém causará admiração pois sabem todos que os seus «cônciliamentos técnicos» tão pouca confiança inspiram ao governo que a presidência da província autorizou-o a passar, por conta do crédito à sua disposição, a um empregado de fazenda (o sr. Antônio Marques) para confeccionar o seu primeiro relatório, e a um engenheiro (o sr. dr. Narciso) para organizar o orçamento das despesas de estabelecimento; de onde se pôde concluir que este director *leigo* com os seus accessores e mais auxiliares estipendados vem a sair mais caro ao theatro nacional, do que um só profissional.

Instrumento do sr. Coelho Rodrigues, é o actoal director da Colonia num girota que se move ao sabor d'aquele juríscusito e dos seus agentes do *sobrado*.

Nomeado sob a condição de por à disposição do major Ricardo Marques, irmão do sr. Coelho, duas das sete fazendas, que constituem o patrimônio do estabelecimento, e precisando das outras para satisfazer as exigências do *sobrado*, que também lhe impõe os seus candidatos a vaqueirices acha-se actualmente o sr. Honório Parentes em grandes embaraços, por isso que, não tendo podido denetir todos os vaqueiros deixados pelo dr. Ricardo, cinco dos quais são convidados muito protegidos, apenas dispõe de duas fazendas, cujos vaqueiros pediram demissão por serem liberais. Ceder as duas únicas fazendas ao irmão do sr. Coelho Rodrigues é incorrer no desagrado de outros amigos igualmente preponderantes. O que fará em tão difícil situação o Parentes? Resolve consultar o maior se se contenta com uma só fazenda, a dos Algodões, partida em duas; aquelle responde com uma citação de Gonçalves Dias: «*amor intelecto e nobre, valle um throno... partido é dom tão pobre, que eu pobre, como*

sou, do alto engeito!.. Neste sentido escreve ao irmão, na corte; e é de esperar que o Jupiter tonante fulmine o sr. Parentes em sua resposta.

Entretanto, está resolvido a lastimável *muamba*—o desmembramento da melhor fazenda nacional da Colônia para satisfação dos compromissos políticos do pateteiro fabricante de cigarros!

Dividir-se uma fazenda que apenas amansa, termo medio, 400 bizerros, em duas fazendas de 200 bizerros cada uma, é uma medida contraria às mais comestíveis noções de economia rural, pois a partilha que se dava na 6.^a parte sobre 400 crias a um só vaqueiro, será dada na 4.^a parte sobre 200 bizerros de cada fazenda da fazenda angematando se consideravelmente a despesa do custeio com o augmento do pessoal, material de serviço,山谷 de fabrica, consumo de matatagens, casas, serrae, cercado, e tudo mais que se terá de fazer em duplicata, desde que se realize a divisão da fazenda.

E' um princípio económico verdadeiro que é maior a despesa e menor a produção em dez fábricas do valor de dez contos cada uma, do que em uma só fábrica de valor de cem contos.

Não há, pois, nenhum interesse público em dividir-se a fazenda nacional Algodões, em quanto não atingir ella à produção de 800 bizerros, pelo menos; e se o sr. Honório Parentes a fizér, merecerá, com razão, a pécha de pateteiro.

Ao muito alto e muito poderoso sr. José Antunes Piauhyano de Macedo, novo titular da São Bento mundo Nombrado saudão os seus humilhíssimos admiradores.

Ave Cesar, morientes te salutem.

Senhor! — Grande foi a surpresa que de nós se apoderou quando soubermos as novidades da «Epoca» (jornal) de 31 de Janeiro ultimo, deparamos com esta singularissima notícia:

«Foi agraciado pelo governo imperial o nosso importante amigo, o coronel José Antunes P. de Macedo com a comendade da Rosa, em attenção a relevantes serviços ao estado e à humanidade.....!»

Senhor! — Permitta-nos v. exc. que vos tratemos com a deferencia que nos merece, nas expansões do nosso respeito.

Acredite nos que surpresos, ficamos boquiabertos, e ainda não podemos atinar comosco de contentes e infâns, por considerarmos

nossa terra tão glorificada na pessoa

de um de seus filhos o mais distin-

guido, por ser com verdade o unico

avantajado em altos feitos, em mimi-

taveis façanhas, quer por mar e quer

por terra — *terra marique*, — que vos

bão de eternizar, para sempre, na memória dos vindouros.

Effectivamente, sr. não conhecemos facto algum, ou acontecimento hodierno tão inaudito, tão notável, e por conseguinte tão digno dos nossos aplausos.

São, pois, arrebatados pela mais veemente das fascinações de um povo assazemente desvanecido e offegado de prazer que vimos, na homildade de nossa condição de subditos, comprir com o dever de felicitarmos a v. exc. pelo *galardão* com que o Governo de S. M. I. acaba de premiar as voas *incontestáveis virtudes*; portanto, permitta-nos vossa delicada modéstia que recordemos, neste faustoso dia, algumas das muitas proezas que enchem a vossa vida gloriosa. Senhor!

Esta grandiosa idéa foi nos despedida e devemol-a a *jubilosa* noticia dada pelo orgão *infalível* da «Epoca», n'queitas suas expressões «serviços ao estado e à humanidade», cujo sentido genuino pensamos interpretar assim:

Serviços ao estado e à humanidade; Duas corôas, duas aureolas brilhantes que vos cingem e vos ornão a fronte, e que nos excitão a prosternarmo-nos

ante vós e exclamarmos così os circuncses — *Ave Cesar, morientes te salutem!*; ou então, a pegarmos relas redeas ao vosso rocam, e bradarmos pela praça publica; — Assim se deve honrar aquello a quem o rei quer honrar.

Senhor! — Destinado como fostes a representar no mundo terraqueo o digno papel de todos os scelerados, inclusive o de *anti-christo*, de quem vos fizeste arauto, renegaste, logo na infancia, a fé do christo verdadeiro, cujo baptismo trocastes pelo da maldição, que violentamente extorquistes do vosso pai espiritual, padrinho duas vezes e bemfeitor, quando puvestes desbaixo de cerco e violastes a casa, com indissivel alarma de prantos e lamentos de uma família inerme, sob o frívolo pretexto de prender a uma criatura, alias inocente, dando d'estarte causa a motivo á penosa retirada do respetável ancião, do levita do Senhor, o qual para testemunho da vossa negra traição e desfeita, e por signal característico da nova distinção que vos deu, sacudiu nos a poeira de suas sandalias.

Eis abhi, sr. o primeiro passo com que estreastes a vossa *brillante carreira*, na qual havias de colher os *immortescres laures* que vos imortalizarião, e que efectivamente se acham nas *celeberrimas* crónicas piauhyenses, cujos topicos passámos a enumerar perfonctoriamente, para vossa glória, e prazer des vossos admiradores!

4.^a — A famosa expedição de voluntarios da patria de que vos constituiste o *piloto denodado e destituto* á campanha do Paraguai, mas que, por um misterio somente explicavel no vosso fôfo orgulho, deu em resultado o vosso transtorno cerebral, e a deserção aconselhada, e fuga de vossos bravos soldados!...

2.^a — A facalhúra da eleição de 1876,

que valen-vos um processo, crime, a

que vos e a vossos complices, dos quais

um veio a *morrer* moral e civilmente,

sem esperança de ressuscitar, a

pezar da vossa *foga miraculosa*,

menteadora e reprodutora.

3.^a — O primeiro esparsamento na

pessoa do infeliz Izidro, para vingar

os *melindres offendidos* e pagar as

finezas do amigo que em breve se

finaria em vossos braços com espanto

e terror vosso e admiração de todos!

4.^a — A tentativa de morta na pes-

soa do mesmio infeliz José Porfirio,

cujá presença muito vos incomoda

o presente, por vos ir empanhando a

gloria e embaciando-vos o brilho no

firmamento politico.

5.^a — O primeiro motim, o ajunta-

mento de povo armado, á força d'arma-

ria, como fizestes, alguns palmos de

terreno ao capitão Maximo, terreno

por este já ocupado e em via de

construção.

6.^a — O segundo motim, ou ajunta-

mento de povo armado para frustrar

os efeitos legaes do processo

crime em que provastes, num vez

por todas, ser vós o advogado, douto

Placido.

18. — As *vaccas de leite e os bois*

de matatagens com que escandalosamente

recompensis as infâmis e

gentilezas do dito agente Placido.

19. — As meutras, as falsidades, as

negras calumnias, as aleivosas insinuações

que escreveis invertendo os

factos e desfigurando a verdade, e

mandais publicar contra todas as au-

toridades e mais caracteres, indepen-

dentes para quem o vosso ouro não

pode ter encantos e attractivos.

20. — As justificações arranjadas

clandestinamente com testemunhas

ad hoc insinuadas para o fim de li-

var-vos das gravissimas e maio-

tas accusações que vos tem feito so-

bre os factos delictuosos que subis-

tem, apesar dos pesares.

21. — A lei camarária apparente-

mente reguladora da criação, arran-

jada cunicamente para dar valer a al-

gunhas leguas de terras vossas e de

mais algous *felizardos*, mas de ver-

dadeiro ostracismo para a totalidade

da populaçao que segundo ella (lei)

ou se desertão do termo, ou morrem

a mingua do po!

22. — A inhospitalidade aos pobres

retirantes que mandaveis, no rigor

dos calamitosos tempos, passar de

largo pelas vossas terras devolutas,

prohibindo-lhes caridosas poussadas

e negando-lhes o usufructo daquelles

bens da natureza: caça e mel silves-

tre; sob pena de incorrerem nas vos-

sas iras!...

23. — Os muitos captivos que, ou

tem morrido sob o duro flagello da

inexorável uzura, ou se tem afor-

Varzea grande e Pedregulho, plano de do estado mediante avultado preço, ou permanecem ainda sob o jugo ferrenho da insaciável avarice; sendo muito certo que nem um delles tem mercê de provar, se quer, d'essa vossa tão apropriadha humanitariedade, nem um!

24. — A emboscada ao primo e compadre Zouza, cuja existencia quiseste tirar de companhia com o vosso inseparável Xico Manoel e afilhado Queló.

25. — O esbandalho da familia Cavalcante, para satisfazer inconfessáveis compromissos e recompensar as iniquidades, baixezas e vilanias da familia Pindahyba a quem climastes o coração e empehastes honra e vida.

26. — ... finalmente, senhor, deixamos de enumerar aqui o apartamento forçado da irmã Maria Antunes com o desterro do marido e cunhado para as regiões amazônicas; o bom e honesto destino ás duas filhas de criação, não obstante serem ambas oriundas de famílias mais significativas, ainda, em respeito ao publico que os observa e a quem devemos respeitar.

Senhor! — Basta, por hoje, o que fica levemente apontado.

Pela fraca penumbra do dia que começa a se descobrir já podeis juzar do muito que lhe fica na sombra.

Imaginai, sr., uma colônia de chins, encravada no centro deste Brazil, creados, dirigida e governada pelo primeiro e ultimo de seis 5.000 mandarins, o mais ambicioso, criminoso, pretencioso, sedento de vanglorias, ostentoso, vingativo, mentiroso, trapaceiro, caluniador, manhoso, dissimulado, villão, falso, unhas de gato &c, e tercei uma pallida imagem.

(porém verdadeira) da vossa obra e de vós mesmo, perante quem prostrados e submissos rendem preito e homenagem: Ave Cesar, morientes te salutem!

<p

NOTICIARIO.

Marquez de Paranaguá — Polo governo imperial acaba de ser distinguido com o título de marquês de Paranaguá e nos preclaro amigo — Visconde de Paranaguá.

E' uma distinção muito merecida, pela congratulamo-nos sinceramente com o referido nosso chefe e amigo.

Guerre de exterminio. — A «Epoca» não perde vasa em brandir suas armas do combate contra a companhia de vapores, a qual faz guerra de exterminio.

E assim que em seu numero 508 acaba de verberar tão ardenteza, à proposito do facto de haver caído na assembleia um projecto, extinguindo a subvençao de 42 contos, que a província dá a companhia anualmente.

É certo que o estado financeiro províncial é critico; mas também é verdade que a companhia actualmente, mais do que nunca, precisa do auxilio do cofre provincial, por isso que, em virtude da remoção do contracto com o governo geral, fez encomenda de novos vapores e barcas, para estender a navegação até o alto Paranaíba; e, portanto, temella de realizar grandes despesas.

A demonstração d'esta verdade é feita pela ilustre diretoria nas colunas d'esta folha por meio de dados irrefutáveis, pelo que estamos dispostos a fazer os esforços limites desta breve «posta».

Sendo pequena, ou eu diz a «Epoca», uma migalha aquela abvergão, d'ella não depende por certo a restauração das finanças; e, nestes circunstâncias, a sua conservação no orçamento, é uma medida reclamada pelas condições actuais da companhia, unica empresa que pode a província, em estado de promover o desenvolvimento do commercio, da lavoura e da industria plauhyense.

Em épocas passadas, quando as finanças provinciais se desenhavam mais assustadoras, nunca os nossos legisladores, e administradores, sem distinção de cor politica, se lembraram de extinguir ou suprimir a subvençao, que a província dá a companhia; porque julgaram-na sempre condição de vida e de animação para a mesma empreza.

A companhia fluvial plauhyense, portanto, é digna do auxilio e protecção dos poderes publicos provincias, maxime presentemente, quando ella, por força do novo contracto, é obrigada a fazer avultadas despesas com a aquisição de vapores e barcas.

Quanto aos renoques que a «Epoca» lança sobre o nosso distinto e importante amigo coronel Cruz, elles não o atingem; por quanto é o referido nosso amigo bastante conhecido por seus elevados sentimentos.

Representação. — Publicamos hoje o que fez a assembleia provincial, o nosso amigo Juventino Monteiro, adjunto do promotor de Jaiós, contra o celebre promotor Benedicto. É uma peça importante e para a qual chamamos a atenção do publico. Dianto dos valiosos documentos que a instruem s. ex. mandou ouvir a Benedicto! E nisto ficará tudo, mesmo agora depois dos factos de que se occupa o nosso editorial. Os documentos a que se refere a representação vãos dada transumção por que já foram publicados.

Hlms. e Exms. Srs. Presidente e mais membros da Assembleia Legislativa Provincial

O shaixo assignado, promotor adjunto nessa villa, em nome da lei, e em bem dos interesses da justiça e da sociedade, a presença de v. exes. representar contra o promotor publico da comarca e curador geral dos orphãos — Benedicto de Barros Alencar, pela serie infinita de abusos, prevaricações, estorações e crimes de toda especie por elle praticados; e, para que possa v. exes. avaliar da procedencia de sua justa representação, e tomar na devida consideração, passa ao historico fiel e verdadeiro dos factos em que ella se senta, fazendo-se acompanhar dos respectivos documentos, para os quais supplica toda a atenção de v. exes.

O representado, exms. srs., quer no carácter de funcionario publico, quer como advogado e quer como homem particular, tem sido nessa pobre infeliz comarca, para a sociedade, o maior infeliz e embargo para a boa marcha da ordem do socoço publico, ja mandando espantar a pobres inofensivas mulheres, no meio da rua, (doc. n. 1), já produzindo desordens, sublevando a força publica contra o seu respectivo comandante, ja recebendo por meios enganosos e ilusórios de pobres e incautos constituintes — quantitas indevidas a preleto de salarios de advogado (doc. n. 2) e já surpreendido de imóveis e innocentes orphãos dinheiro para defendelos em pleito que nunca existiu e quando existisse elle teria forçado obrigaçao de defendelos ou patrocinado os independentes de outra renúncia, que não aquella que lhe é imposta pelo dever do proprio officio, e já servindose do cargo de promotor para protelar o andamento do processo crime, que corre no foro contra Alexandre Reis — o pretenso e desmaladamente reduzida a escravidão (doc. n. 3). O representante, exms. srs., seriamente longe e magante se ouzasse levar ao conhecimento de v. exes. todos os crimes aqui praticados pelo promotor Alencar e não querendo encarar a paciencia e atenção de v. exes. limita-se aos ja descriptos e sem saber qual d'elle o mais repugnante e reprovado, insta com v. exes. para que dispensem toda a atenção para o documento n. 4. Se não vivesssem actualmente sob um regimen todo excepcional, se na actualidade o crime, o vicio a torpeza não tivesse seu altar, por certo o representado não estaria como que para astrotar aos bons costumes e escarnear a sociedade, exercendo um cargo que a lei preparam para mãos mais aptas e mais puras. O promotor Alencar ja foi julgado pelo egregio tribunal da Relação do distrito. V. exes. ficam e vejam bem o doc. n. 4. E' um acc. do colendo tribunal condenando a Alencar resitorio 400\$000 reis, que violentos e extorquentos uns pobres orphãos, aquém elle, como curador geral, devia defender — si por causa elles fossem demandados. Se outros muitos factos não existissem, praticados pelo

promotor Alencar, para tornal-o deceptivo e imprestavel perante a sociedade sa, este por si só seria suficiente para constituir-o como um verdadeiro monstro, só de formula e sem entranhas humanas. O representante vai fazer a v. exes. um breve e ligero historico d'esta torpeza do representado e fecha a sua representação sem mais commentários.

— Jose da Gubia Sobreira, mesmo de v. exes. em vida o representado recebeu certa quantia, de que consta do doc. n. 2, lapidou de curioso testamento, postilhando aliás filhos naturaes, a quem instituiu hereditários de todos os seus bens. Dois irmãos de Sobreira ameaçaram os preflibitados com uma demanda, levando-os ao juizo, o qual o representado apresentou-se no carácter de curador geral. Acordada a audiencia os autos da demanda foram a um cartorio, e, por uma escritura publica, desistiram do acto.

Dois a tre dias depois o promotor Alencar, por meio de sugestões e enganos, recebeu, por parte do tutor d'essas infelizes criancinhas, 400\$000 reis, que o accordio esta do jundon restituir. — Jaiós, 28 de maio de 1888. — O adjunto do promotor — Juventino Monteiro de Siqueira.

Doc. n. 4) E' a certidão da petição e termo de desistência do espancamento de Benedito.

— Doc. n. 2) Certidão de cota lites; das cartas e ajuste de contas entre Benedito e Jose Sobreira.

— Doc. n. 3) Certidão de compra de bens de orphãos.

— Doc. n. 4) A sentença do dr. juz. de direito, confirmada pela Relação, condenando a Benedito a restituir aos orphãos 400\$000 e suspendendo-o de advogado e curador geral por 30 dias.

— Doc. n. 5) E' a certidão da averbação da ingenua Vicenca como livre em 10 de março de 1888, por seu pretenso senhor — Alexandre dos Reis, que a tinha matriculado como escrava, quando ella é de nascimento livre.

Todos estes papéis serão, por deliberação da Assembleia provincial remetidos ao exm. sr. Ministro da justiça, a quem rogamos que attenda os brados afflictivos de uma população intira que vive na maior desolação, graças as proterias de tão perniciosa promotor, que o sr. Viveiros de Castro sustenta pelos mais vergonhosos motivos.

Assembleia. — No dia 18 do corrente, defendendo-se o nosso importante amigo tenente-coronel Aristides Mendes de Carvalho da imputação caluniosa que lhe foi arguida como falsificador de um officio ou petição assignada pelo capitão Joaquim Rosado, denotou cabalmente a sua inocencia. Por essa ocasião provou que não houve falsidade e caso houvesse para ella não tinha concorreto de modo algum, pois que a letra do corpo do officio arguido de falsa era do dr. Anizio Abreu, juiz municipal de Piratunica, seu adversario político, a quem não conhecia e com quem nunca se correspondeu. O dr. Anizio de Abreu que se achava nas galerias, confessou na presença de muitos expectadores ser de facto a letra sua, e não contestou a proposição do nosso amigo, negando porém que houvesse recebido autorização do capitão Rosado. Se a letra do corpo do officio é do dr. Anizio como elle confessou; se não teve elle essa autorização, é logico que á elle somente cabe a responsabilidade do acto, e não ao nosso referido amigo.

No dia seguinte, tomada a palavra o tenente-coronel Aristides Mendes, depois de discutir acerca da materia, apresentou a Assembleia o requerimento shaixo publicado que, sendo discutido foi aprovado.

Chamamos a atenção do publico para o que vimos de dizer e pedimos ao administrador desta província para com urgencia e segura solicitar o officio em original afim de verificar-se o exame requerido. E' como crenhamos boatos de que esse officio sera subtraido para não realizar se o exame legal, pedimos a s. ex. que paga bem da justiça publica recomende ao juiz municipal de Jaiós para fazer a remessa do officio solicitado com as cautellas da lei.

REQUERIMENTO.

Requeiro a v. ex. que, por intermédio do presidente da província, solicite, com urgencia, do dr. juiz municipal do termo de Jaiós, o officio ou petição, em original, do capitão Joaquim Rosado, que motivo a sua demissão de 1.º suplemento do juiz municipal d'aquele termo, e que foi arguido de falso, afim de que, pelo poder competente, seja procedido, nesta capital, um exame, e se verifique se a letra do corpo d'aquelle peca é do dr. Anizio Abreu, conforme assevera o capitão Rosado, uma vez que — procedido exame em Jaiós, apenas foi reconhecida legitimamente a firma do demittido, e não assim a letra do corpo do mesmo officio ou petição; pois, não obstante, não figurar no aludido exame o nome do requerente, e a despeito de uma declaração do capitão Rosado, que também pega seja da mesma sorte, exigida por certidão, onde assevera que fora o dr. Anizio de Abreu quem encerrou o officio. Corre, em Jaiós, uma acção criminal toda injusta e caprichosa movida pelo promotor Benedicto de Barros Alencar contra o requerente nas proximidades de sua partida para esta capital, no intento de privar que tivesse assento neste recinto; documentos de que precisa para, d'estarte, justificar-se plenamente de uma acusação tão caluniosa quanto deprimente do carácter do requerente; devolvendo-se por certidão o exame que se verificará nesta capital no aludido officio ou petição ao dr. juiz municipal d'aquele termo.

Pego a v. ex. que se digne de mandar transcrever integralmente na acta o teor do presente requerimento. — Salla das sessões em Theresina, 19 de junho de 1888. — Aristides Mendes de Carvalho.

Continua o escândalo. — Chamamos a atenção do publico para a carta shaixa dirigida da villa dos Picos ao nosso importante amigo tenente-coronel Aristides Mendes de Carvalho, tratando da injusta e caprichosa remoção da administração das pessoas e bens de seus filhos. Desta carta pôde o publico aviar a indignação que causou esta remoção, parto hybridado do promotor Alencar e de um juiz analphabeto. Diz ella:

Picos 3.º abril de 1888. — Illm. amigo sr. tenente coronel Aristides Mendes de Carvalho — Acabamos de ser informados do acto injusto e violento, com que acaba v. s. de ser feito, por um dos suplementos do juiz municipal desse termo, que com o maior desrespeito a todos os principios de justica e moralidade, removem v. s. da administração dos bens de seus filhos menores, nomeando para substituir-o o sr. Fabiano Rodrigues de Carvalho que, além de ser inimigo de v. s., é igualmente reconhecido como um moço sem o necessário senso de discernimento para entrar nos seus próprios interesses!

É digno de justica e profundamente lamentável o descalabro, a semicerimonia, a ostentação mesmo, com que de certos tempos a este lado, procura-se abater e suplantar nessa infeliz comarca, tudo que é bom, justo e honesto, ao mesmo tempo que exhortam-se para elevarem e engrandecem o que de mais prejudicial, repugnante e degradante, existe no seio de nossa pequena sociedade.

Ora, arredar-se v. s. da administração dos seus filhos e fazer d'les tutor, o sr. Fabiano, é uns dos actos mais immoral, de que temos visto notícia; e que isto é noticia, é que esse suspeito desalmado que usurpa a infeliz comarca, é um ridículo, um motejo insultante.

Acreditamos que v. s. esteja completamente calmo, sem que, por forma alguma possa este acto injusto e revoltante abatê-lo ou molestar-o. Estamos em oura época unindiosa, em que tudo se deve esperar. E' provável que sobre a sua cabeça fique dobrar a infamia e a calunia, armas sempre escolhidas, pelos despotas da situaçao, para justificarem o negar e a iniquidade do acto absurdo e violento; entretanto, a tudo v. s. se deve mostrar sobranceiro e alto, desde que esteja, como deve estar, com a consciencia tranquila, convencido da nobreza de seus sentimentos e intenção de sua dignidade e carácter.

Por nossa parte apresentando a v. s. o que sentimos diante da violencia que foi vítima, temos muita satisfação em, com a maior estima, respeito e consideração subvermo-nos — De V. S. — PP. an.º obr.º er.º — Amador José Ferreira, alferes e eleitor. Arminio Benevides de Araújo Rocha, tenente e eleitor.

Manoel Raimundo de Barros, proprietário. Lourenco de Araújo Rocha, capitão e eleitor. Anatelo de Araújo Rocha, tenente e eleitor. Joaquim de Araújo Rocha, alferes.

Franisco de Araújo Rocha, idem.

Abitio da Rocha Soares, jurado.

Franisco Galvão de Souza Ramos, capitão e eleitor.

Padre João Severino de Miranda Barboza?

José Martins dos Santos.

Antonio Borges Leal Junior.

Aproniano de Barros Cavalcante, eleitor.

Antonio Francisco de Souza Britto, capitão e eleitor.

Francisco Antônio de Souza Britto, jurado.

José Sáenz de Carvalho, proprietário.

Severiano Francisco de Souza, idem.

Pedro José de Souza, idem.

Joaquin Urculino de Souza, idem.

Laurindo Francisco de Souza, idem.

Elpidio Mendes Pereira, idem.

Marcos José Bezerra, idem.

Paulo José Bezerra, idem.

Victor da Rocha Soares, idem.

Francisco Pedro de Britto, idem.

Raimundo Francisco de Souza, idem.

José Joaquim Borges Leal, idem.

Mariano Monteiro de Souza, idem.

José Raphael Leal, idem.

Pedro Barroso de Carvalho, idem.

Manoel Barroso de Carvalho, eleitor.

Raimundo Barroso de Carvalho, idem.

Felix Barroso de Carvalho, idem.

Luiz Correia de França, proprietário.

Pedro Borges Leal, eleitor.

Eduardo Borges Leal, proprietário.

Mathias Borges Leal, idem.

José Martins Leal, idem.

Marcos Francisco de Araújo Rocha, major e eleitor.

Victorino Antunes de Alencar, eleitor.

Antonio Gomes Caminha, jurado.

Rozendo Gomes de Lima, idem.

Leandro Rodrigues de Britto, tenente e eleitor.

Marcellino Rodrigues de Britto, idem.

Jose Rodrigues de Britto, proprietário.

Antonio João da Luz, eleitor.

Paulo José de Aguiar, idem.

Tenetho Borges Leal, idem.

Francisco Pedro de Britto, idem.

José Joaquim Borges Leal, idem.

Mariano Monteiro de Souza, idem.

José Raphael Leal, idem.

Pedro Barroso de Carvalho, idem.

Manoel Barroso de Carvalho, eleitor.

Raimundo Barroso de Carvalho, idem.

Felix Barroso de Carvalho, idem.

Luiz Correia de França, proprietário.

Pedro Borges Leal, eleitor.

Eduardo Borges Leal, proprietário.

Mathias Borges Leal, idem.

José Martins Leal, idem.

Marcos Francisco de Araújo Rocha, major e eleitor.

Victorino Antunes de Alencar, eleitor.

Antonio Gomes Caminha, jurado.

Rozendo Gomes de Lima, idem.

Leandro Rodrigues de Britto, tenente e eleitor.

Marcellino Rodrigues de Britto, idem.